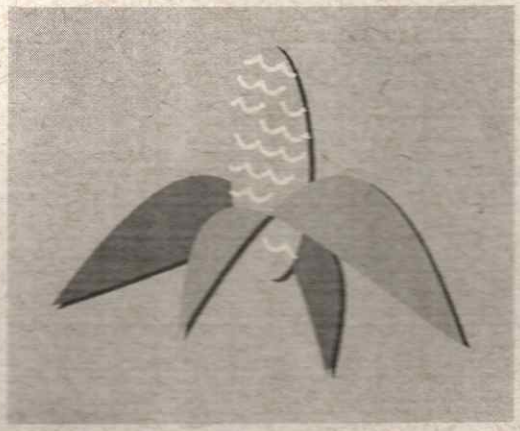
Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica

facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná

Paulo Petersen
José Maria Tardin
Franscisco M. Marochi

AS - PTA - ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

FÓRUM DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO CENTRO-SUL DO PARANÁ



A AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, dedicada à promoção do desenvolvimento rural sustentado, da agricultura familiar e da agroecologia.

A AS-PTA assessora processos participativos de desenvolvimento local em duas micro-regiões do país: o Agreste da Paraíba e o Centro-Sul do Paraná. A partir dos resultados técnicos, econômicos e sociais alcançados nestes programas, a AS-PTA extrai subsídios para orientar propostas de políticas públicas que permitam generalizar estas experiências para outras iniciativas de desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica.

Sua sede fica no Rio de Janeiro, onde mantém um centro de informação voltado à temática da agroecologia, do desenvolvimento rural sustentado, da agricultura familiar e das metodologias participativas. É do Rio que a AS-PTA participa da coordenação da *Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos* e de outras instâncias, redes de articulação e parcerias, como o CLADES, a Embrapa, a PESAGRO, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/MDA, e a FAO. Em sua sede concentram-se as atividades de outros dois programas da entidade: políticas públicas e de desenvolvimento metodológico e também os serviços do setor de publicações.

A AS-PTA articula suas atividades num amplo campo de parcerias que envolvem organizações de agricultores familiares, organismos governamentais e não-governamentais, instituições de ensino pesquisa e extensão rural, além de instituições estatais, multilaterais e privadas de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentado.

No Programa Paraná, iniciado em 1993, atua a partir de sua base em União da Vitória, desenvolvendo suas ações em parceria com o Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, a partir dos programas de Manejo Sustentado da Floresta de Araucária (produção de erva-mate e de plantas medicinais), Manejo Sustentado da Agrobiodiversidade, Manejo Ecológico de Solos e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentado. O programa envolve diretamente 200 organizações comunitárias e sindicais articuladas no Fórum, com a participação de aproximadamente 10.000 famílias, em diferentes estágios de transição para a agricultura ecológica. O trabalho se concretiza através da ação organizada de agricultoras e agricultores-experimentadores e promotores, que implementam o desenvolvimento técnico agroecológico através de experimentos familiares ou comunitários e executam atividades de formação de agricultoras e agricultores iniciantes através de amplo programa de formação em agroecologia.

"A verdadeira novidade que perdura é a que retoma todos os fios da tradição e os tece fazendo um motivo que a tradição não pode tecer"

Fernando Pessoa

Expediente

Autores:

Paulo Petersen, Diretor Executivo e Coordenador do Programa de Métodos - AS-PTA.

José Maria Tardin, Coordenador do Programa Local Paraná - AS-PTA.

Francisco M. Marochi, Secretário Municipal de Agricultura de Irati – PR.

Secretaria:

Gustavo Hagedorn, AS-PTA Paraná.

Criação, Arte Final e Diagramação:

Lance Livre, Design, Produções e Editora, Ltda: **Fone: (41) 229-3784 e 329-0168.**

E-mail: **lancelivre@ig.com.br**

Impressão:

Editora Gráfica Popular: **(41) 346-0034.**

E-mail: **graficapopular@ipnet.com.br**

Data:

Abril de 2002

ERRATA

Pg 09 arraçoamento

Desconsiderar o hífen:
Pg 10 comunitária
Pg 11 festas e desenvolvimento
Pg 12 insumos
Pg 13 primário e verificada.
Pg 15 municípios e produção.
Pg 18 introduzí-los e reinterpretação.
Pg 20 biodiversidade, biológicas e produtividade.
Pg 23 sustentabilidade, representativas e sustentação.
Pg 25 dedicadas e plantio.

Pg 23 Pública.

Sumário

1 - Introdução..... 4

2 - Agroecossistemas tradicionais no Centro-Sul do Paraná: o retrato de um amálgama cultural..... 8

3 - Perda de autonomia técnica e desestruturação cultural..... 12

4 - Ações coletivas de resistência..... 16

5 - Revitalização da dinâmica sociocultural e política como base do desenvolvimento agroecológico... 18

6 - Conclusões..... 27

7 - Índice de fotografias..... 30

8 - Bibliografia..... 31

1 – Introdução

Em seus milênios de história, o avanço dos conhecimentos sobre manejo dos agroecossistemas foi sempre orientado pelo objetivo de otimizar o uso dos recursos disponíveis para cada povo agricultor, visando atender suas necessidades de reprodução biológica e social. Esse tipo de orientação gerou uma multiplicidade de modelos produtivos na agricultura, sendo cada qual adaptado às condições específicas do local em que se desenvolveu. Nesse sentido, os diferentes sistemas técnicos não tinham existência autônoma nos respectivos agroecossistemas nos quais eram aplicados, uma vez que eram a um só tempo geradores e gerados a partir destes últimos.

Embora as motivações para o desenvolvimento técnico fossem predominantemente locais, nem mesmo as sociedades mais fechadas do ponto de vista cultural eram imunes às influências externas. Técnicas originadas em distintos contextos socioambientais eram intercambiadas mediante diferentes mecanismos sociais. Além de criadoras de suas próprias técnicas, as civilizações agrícolas eram selecionadoras e adaptadoras de técnicas oriundas de contextos externos. Os sistemas técnicos assim desenvolvidos eram respeitosos das condições de reprodução da fertilidade dos agroecossistemas, já que funcionavam também como regras socioculturais de uso e manejo dos recursos locais, cuja razão era a preservação e a continuidade do meio de vida das próprias civilizações.

Após a Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, desde a década de 1960, irradia-se no nível mundial um novo paradigma técnico, agora também científico, que promove uma verdadeira ruptura com a forma milenar de produção e difusão de conhecimentos para o manejo agrícola. Essa união da técnica agrícola com a ciência agrícola dá-se sob a égide do mercado que, graças justamente à técnica e à ciência, se transforma em um mercado global (Santos, 2000). Com isso, as motivações para a geração e a difusão tecnológica na agricultura se desvincularam das lógicas locais voltadas para a reprodução das condições sociais e ambientais que favorecem a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Vários estudos têm analisado os efeitos sociais, ambientais e econômicos negativos promovidos pela rápida irradiação do paradigma técnico-científico da chamada Revolução Verde sobre as agriculturas em nível mundial, sobretudo as dos países do Terceiro Mundo. Além desses, interessa-nos aqui mais particularmente o efeito de ordem cultural e suas implicações sobre a produção e a manutenção dos conhecimentos técnicos locais.

Em paralelo à difusão de um modelo técnico orientado segundo um princípio organizador que privilegia o lucro e a dependên-

cia tecnológica, enraizou-se na consciência social dos agricultores uma série de mitos e valores relacionados a uma pretensa superioridade e modernidade das tecnologias baseadas na químico-mecanização (Almeida, 1992).

A força ideológica do paradigma técnico-científico veiculado pela Revolução Verde terminou por desqualificar em meio aos próprios agricultores sua vocação enquanto legítimos portadores e geradores de conhecimentos de extrema valia para o desenvolvimento tecnológico, reservando à comunidade científica o monopólio do processo de geração do conhecimento técnico na agricultura. Desde então, o desenvolvimento científico-tecnológico passa a se dar de maneira desvinculada da memória coletiva e dos valores culturais e históricos que favorecem a autonomia e a coesão social das comunidades agricultoras. Nesse processo, os resultados da atividade científica, entre eles as próprias tecnologias, são transmitidos como verdades intangíveis e indiscutíveis, reforçando em meio aos agricultores uma relação mágica com a ciência e cega confiança naqueles que a produzem.

Em tal situação, o agricultor é considerado mero receptor das novidades técnicas, ficando impedido de exercer qualquer resistência crítica eficaz às forças de coerção que praticamente lhe impõem um novo sistema técnico. Ao mesmo tempo em que se amplia a crença na competência e na legitimidade dos cientistas, a produção científica e tecnológica escapa cada vez mais ao controle dos interesses dos próprios agricultores que, com bastante freqüência, são contrariados.

A desqualificação social das formas tradicionais de produção de conhecimentos técnicos para a agricultura concorreu decisivamente para que culturas tradicionais que co-evoluíram com as condições socio-ambientais locais fossem desbaratadas, limitando em muito a capacidade de as comunidades agrícolas gerirem seu próprio desenvolvimento. Junto com o paulatino abandono das práticas tradicionais (técnicas e sociais), ocorre a perda dos conhecimentos para o manejo agrícola fundados na otimização do uso dos recursos locais, assim como a perda física dos próprios recursos locais, sobretudo os da biodiversidade. Resultaram dessa ruptura histórico-cultural, como fenômenos que se estimulam mutuamente num processo de retroalimentação, grande marginalização social e econômica da agricultura familiar e níveis sem precedentes de degradação ambiental dos agro-ecossistemas.

No Brasil, a promoção de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento agrícola tem sido um desafio assumido por várias organizações da sociedade civil desde o início dos anos 80 e, mais recentemente, por algumas (ainda poucas) instituições oficiais dedicadas à pesquisa agrícola e à extensão rural[1]. Na construção de uma agricultura eco-

[1] A ação isolada de profissionais ou de grupos de profissionais vinculados a instituições oficiais répresenta uma participação quantitativamente mais significativa no quadro nacional.

logicamente equilibrada, economicamente viável e socialmente justa, a revalorização das técnicas agrícolas orientadas pelos princípios do manejo ecológico dos agro-ecossistemas é o elemento essencial que fundamenta a ação dessas organizações.

Uma dimensão estratégica dessa construção é a vital importância da formação de uma consciência social crítica e ativa diante da natureza e dos efeitos do modelo socio-econômico e técnico dominante em nossa agricultura, bem como a tradução dessa crítica em termos de sustentação social e política (Almeida e outros, 2001).

A revalorização de práticas socioculturais tradicionais, visando à "construção social de uma nova agricultura" (Almeida, 1999) que seja produtiva e que conduza a padrões tecnicamente auto-reprodutíveis de desenvolvimento local, vem enfatizando a necessidade de que também sejam profundamente revistas as premissas filosóficas que dão sustentação ao processo convencional de produção e difusão de conhecimentos técnicos – baseado na lógica da "transferência de tecnologias" (Norgaard & Sikor, no prelo). A necessidade dessa revisão aponta um grande desafio de ordem metodológica às instituições voltadas para a pesquisa agrícola e a extensão rural. Estruturadas para desenvolver e difundir inovações técnicas segundo o paradigma da químico-mecanização, essas instituições têm encontrado dificuldades de escapar de uma espécie de rotina de atrelamento que as mantém fortemente aderidas aos mesmos conceitos e métodos que as impede de se reorientar em consonância

com a lógica do desenvolvimento agroecológico (Petersen, 1999).

O emprego de abordagens participativas em processos de pesquisa-desenvolvimento, recolocando a questão técnica no universo histórico-cultural das comunidades locais, tem apontado um caminho fecundo a partir do qual a ciência da agroecologia vem buscando revalorizar os complexos e diversificados conhecimentos tradicionais a respeito dos processos e técnicas de gestão do meio natural, com o intuito de adaptá-los e desenvolvê-los mediante estreita interação com as dinâmicas sociais, fortalecendo-as.

Essa combinação do enfoque científico da agroecologia com as abordagens participativas para o desenvolvimento agrícola é exemplificada neste artigo a partir do relato da experiência em curso promovida pelo Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná com assessoria técnica e metodológica da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

2 – Agro-ecossistemas tradicionais no Centro-Sul do Paraná: o retrato de um amálgama cultural

A região Centro-Sul do Paraná – também conhecida como Paraná Tradicional por, junto com o litoral e a região de Curitiba, estar entre os primeiros espaços no estado ocupados pelos neo-europeus – foi palco do desenvolvimento de uma das mais belas formas de organização camponesa no Brasil, o sistema faxinal (Petersen e outros, 2000; Chang, 1988).

Compostos pela associação de policulturas com criatório e extrativismo vegetal, os agroecossistemas tradicionais do Centro-Sul do Paraná são tributários da união de técnicas e processos sociais oriundos de distintas matrizes culturais. Trata-se, na realidade, de um exemplo vivo da grande capacidade de inovação técnica e social das comunidades agrícolas em sua busca incessante de melhores ajustes para otimização do uso dos recursos locais no atendimento de suas sempre mutantes necessidades sócio-culturais e econômicas.

Desde os primórdios da presença branca nessa região, esse processo de ajustamento técnico contou com um ambiente sócio-cultural favorável para se desenvolver, em virtude da interação cotidiana de indivíduos portadores de conhecimentos oriundos de distintas culturas, num processo contínuo e em sedimentações provisórias de avanço técnico e de normas para a gestão do uso do espaço (Holanda, 1994).

O conhecimento indígena sobre o uso dos recursos da biodiversidade, por exemplo, foi fundamental para o estabelecimento da cultura cabocla na região[2]. O uso da erva-mate foi uma prática indígena absorvida pelos colonizadores, a tal ponto, que alguns autores chegam a afirmar que a história da região se confunde com a história da exploração dos ervais, sendo esses decisivos na formação da própria paisagem rural (Souza, 1998; Chang, 1988). A possibilidade de transformar o extrativismo em importante atividade geradora de renda estimulou o grande impulso tecnológico no processo de beneficiamento da erva a partir dos esforços de pesquisa dos franciscanos que se estabeleceram no Sul do Brasil com intuito evangelizador (Mazuchowski e outros). O conhecimento sobre a grande diversidade de espécies medicinais da floresta de araucária é outro exemplo do importante legado indígena assimilado e desenvolvido pelos primeiros colonizadores e que foi sendo repassado transgeracionalmente. A própria nomenclatura empregada na denominação de espécies vegetais nativas assinala o grau apreciável da contribuição indígena nesse domí-

2 Os povos indígenas estabelecidos na região eram os caicangues, os botocudos e os guaranis.

nio. O mesmo pode ser dito com relação à toponímia regional, evidenciando a grande intimidade das relações entre índios e neo-europeus no Centro-Sul do Paraná em tempos passados.

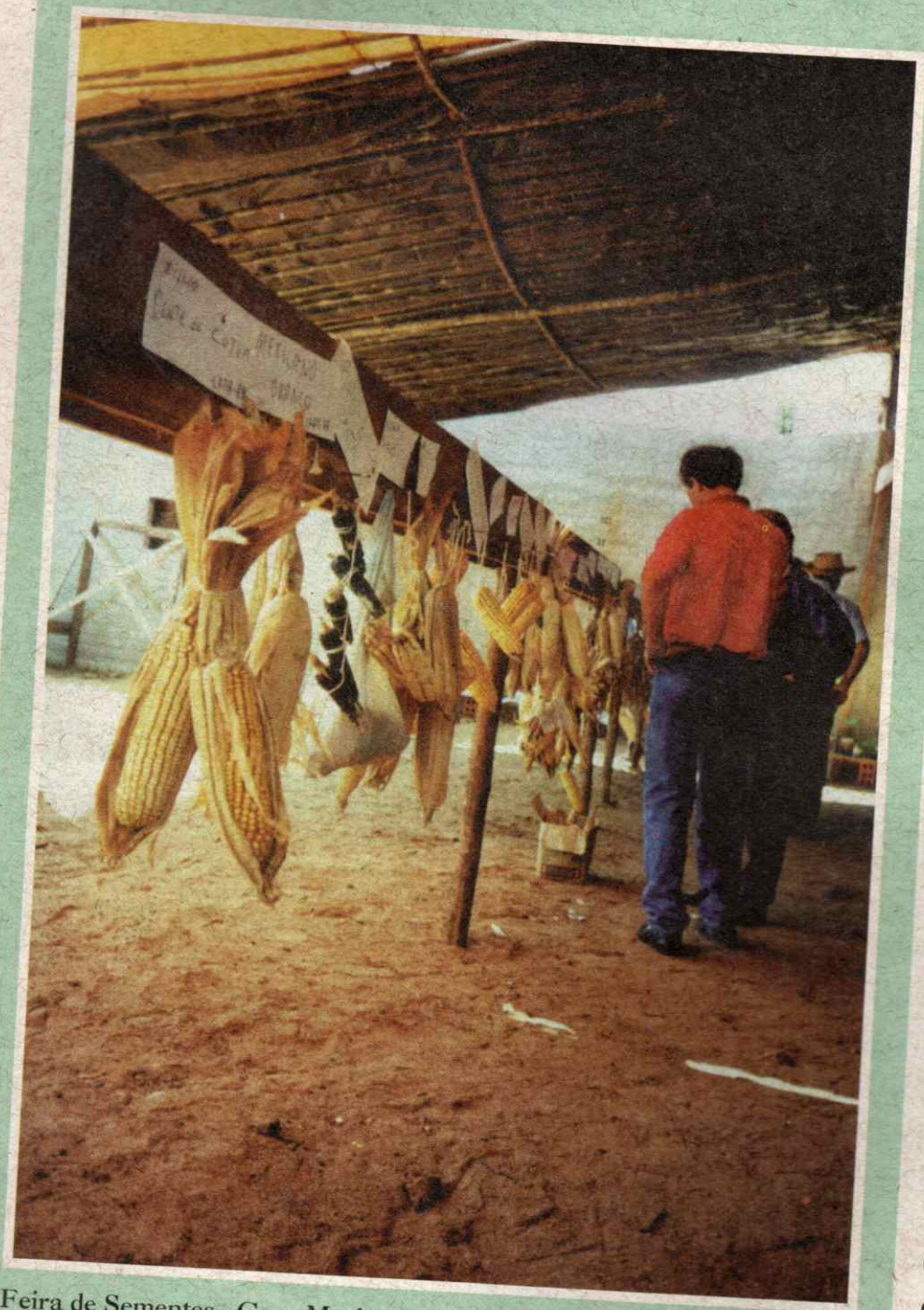
A partir do final do século XIX, mescla-se à cultura cabocla elementos da cultura agrícola européia, num verdadeiro amálgama que sintetiza essas múltiplas influências. Desde então, o peso dos valores culturais de caboclos e europeus foi determinante nas inovações no manejo do meio físico e da biodiversidade, esta última composta por grande contributo de espécies exóticas importadas tanto pelos primeiros colonizadores quanto pelos imigrantes europeus.

Os caboclos, incorporando valores de desprendimento, próprios de quem consegue obter das ofertas da natureza boa parcela de sua sustentação biológica e sócio-cultural, mantinham práticas de uso extensivo dos recursos locais tais como: o extrativismo de erva-mate, a criação de animais à solta e a policultura em terrenos cuja fertilidade se restaurava pela queima da vegetação espontânea, também conhecida como roça de toco. Os imigrantes, carregando valores do cristianismo tais como a vida em comunhão e a partilha, trouxeram técnicas agrícolas e processos sociais que visavam ao uso mais intensivo dos recursos locais como, por exemplo, a aração dos solos, os equipamentos para processamento de grãos, espécies vegetais forrageiras e recuperadoras dos solos, entre outras.

Tão extensa e complexa foi a reunião desses elementos culturais díspares, que a rigor se torna impraticável identificar sistemas técnicos puramente caboclos ou puramente europeus empregados nas unidades familiares da região. Talvez seja no plano do manejo da agrobiodiversidade onde melhor se percebam essas miscigenação e diversificação cultural. A assimilação paulatina das diferentes influências culturais na região, sobretudo no que se refere aos hábitos alimentares e às condutas técnicas, estimulou práticas de manutenção e de intercâmbio dos recursos genéticos entre famílias, moldando a estrutura e a composição dos agro-ecossistemas. É no quintal doméstico onde podemos encontrar o maior exemplo dessas influências culturais manifesto por meio da agrobiodiversidade. É nesse espaço onde se cultivam as hortaliças e as plantas ornamentais e condimentares introduzidas pelos imigrantes, e as hortaliças nativas, as ervas medicinais, os tubérculos e outras espécies tradicionais da cultura cabocla. A manutenção de um grande número de variedades de espécies cultivadas pela agricultura tradicional da região (milho, feijão, arroz, batatinha, cebola, etc) é também um fenômeno bastante evidente dessa determinação cultural diversificada. O caso da cultura do milho é exemplar. Utilizado tanto na dieta humana, em diferenciados tipos de preparo, quanto no arrazoamento animal, essa gramínea é encontrada em diversas variedades nas propriedades agrícolas familiares da região, atendendo a diferentes finalidades e preferências. O exemplo é válido também para outras espécies tradicionalmente cultivadas

na região, repetindo a relação de geração mútua entre diversidade cultural e agro-biodiversidade.

Do ponto de vista da organização social, o influxo dos imigrantes se fez sentir com bastante relevo. A organização comuni-tária formal fortaleceu-se bastante a partir da institucionalização de associações autônomas, responsáveis por atender às necessidades econômicas, culturais, educacionais, políticas e religiosas das famílias. A educação formal no meio rural, por exemplo, foi organizada a partir das iniciativas dessas associações. Seus conteúdos eram pautados em estreita vinculação com a cultura local, havendo ensino da língua portuguesa e da língua do grupo étnico imigrante majoritário na comunidade. Incentivadas por essas associações, as manifestações culturais eram apresentadas ao público nas duas línguas. A construção das capelas nas comunidades e a instituição das missas celebradas por padres, alterando substancialmente o formato dos rituais religiosos, é outro exemplo da importante influência da imigração européia



Feira de Sementes - Cruz Machado.

nos mecanismos tradicionais de sociabilidade existentes na agricultura familiar no Centro-Sul do Paraná.

Das formas típicas de organização comunitária dessa região, destaca-se o complexo sistema agrário denominado sistema faxinal, que se fundamenta em princípios e normas sociais voltados para a gestão coletiva do uso do espaço. As "terras de faxinal" são utilizadas comunitariamente para a criação dos animais no sistema à solta e para a exploração da erva-mate e de outros recursos florestais (Chang, 1988).

Romaria de São Gonçalo - Feira de Sementes - União da Vitória.

Celebração na Feira de Sementes - Irati.

As pequenas unidades agroindustriais comunitárias, as fes-tas comunitárias, os mutirões (pixurum), os intercâmbios de recursos genéticos animais e vegetais são alguns outros exemplos da forte coesão social proporcionada por formas organizativas autônomas que favorecem o intercâmbio cultural e o de-senvolvimento de uma agricultura baseada em processos técnicos e sociais voltados para a otimização do uso dos recursos locais.

3 – Perda de autonomia técnica e desestruturação cultural

Nos últimos 100 anos, o processo histórico de evolução das formas tradicionais de produção e de convivência social na agricultura do Centro-Sul do Paraná sofreu fortes rupturas como reflexo da incidência de fatores externos de natureza política, econômica e técnica.

A Guerra do Contestado, no início do século 20, quando os direitos dos agricultores de posse de terras e florestas foram ameaçados por interesses privativísticos de uma grande empresa inglesa apoiada militarmente pelo Estado (Martins, 1981), e as ditaduras de Vargas, nos anos 30, e dos militares, nos anos 60 e 70, coibindo a organização política local, afetaram sensivelmente os processos organizativos da agricultura familiar da região. A exposição da foto de Getúlio Vargas nas sedes de associações comunitárias do meio rural até os dias de hoje (à época, uma imposição) é símbolo inequívoco dos profundos vincos provocados pela repressão política na história das organizações da região.

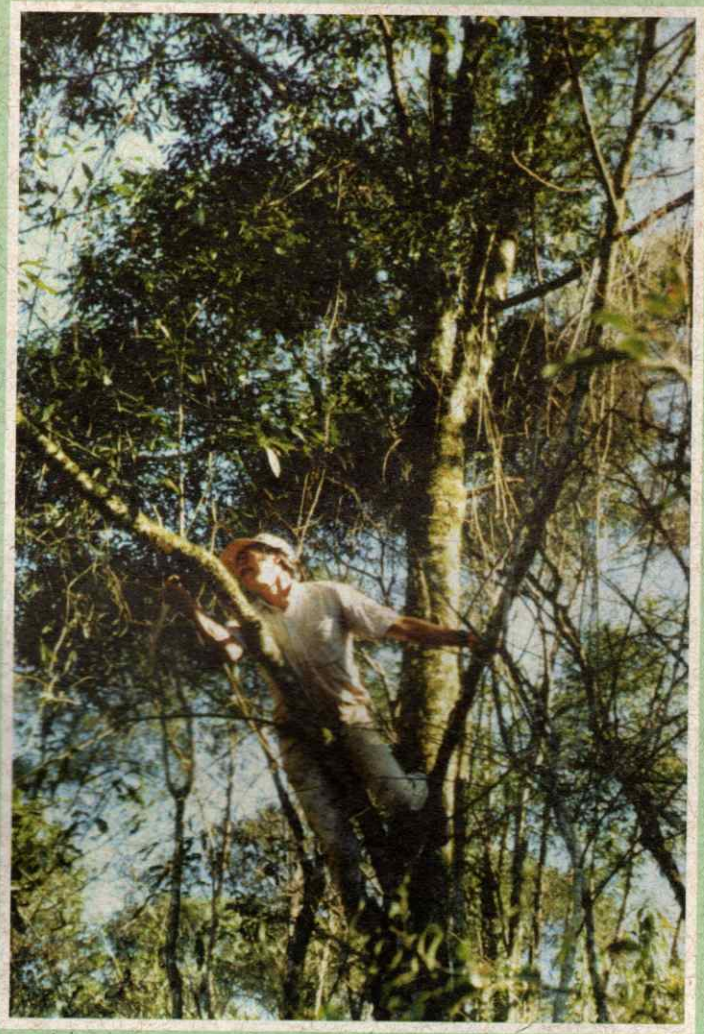
O esgotamento dos ciclos da erva-mate e da madeira a partir dos anos 40 também provocou forte impacto nos sistemas técnico tradicionais, ao levar os latifundiários a cercarem fazendas para a implantação da pecuária extensiva em detrimento do espaço anteriormente utilizado para a manutenção dos rebanhos à solta.

Foi a partir dos anos 60, no entanto, que a agricultura familiar da região sofreu o maior impacto em sua histórica trajetória de busca de melhores ajustamentos às condições socioambientais locais. A "modernização" agrícola patrocinada pelo Estado com o intuito de substituir os métodos extensivos de produção por outros mais intensivos significou, por assim dizer, um duro golpe nas bases socioculturais de reprodução da agricultura familiar.

Do ponto de vista técnico, a estratégia modernizante assentou-se nos marcos da chamada Revolução Verde, ao orientar os sistemas de pesquisa, extensão e crédito para o desenvolvimento e a difusão de "pacotes tecnológicos" compostos por variedades melhoradas de alto rendimento, adubos químicos e agrotóxicos. Associada às alterações na base técnica e com o objetivo do crescimento da produtividade física e da rentabilidade econômica da atividade agrícola, verificaram-se uma tendência à especialização produtiva das unidades familiares e seu crescente vínculo com os mercados de insu-mos e com os sistemas de processamento e comercialização de produtos agrícolas. Como resultado, as famílias terminaram envolvidas em laços de dependência às empresas agroindustriais, tanto à montante quan-

to à jusante do processo produtivo. Essa dinâmica "modernizante" significou a transferência de riquezas do setor pri-mário para o setor agroindustrial, impondo à agricultura familiar um círculo vicioso de insustentabilidade econômica, ambiental e cultural.

Como reflexo do avanço da modernização capitalista sobre a agricultura da região, verificaram-se um intenso processo de concentração agroindustrial e a falência das pequenas unidades de beneficiamento e das organizações econômicas comunitárias. Esse fato, associado à política macro-econômica de corte liberalizante, tem provocado um crescente aviltamento dos preços pagos ao produtor, o que, juntamente com o aumento incessante dos custos de produção, diminui a rentabilidade das unidades produtivas, resultando em marcado empobrecimento da agricultura familiar.



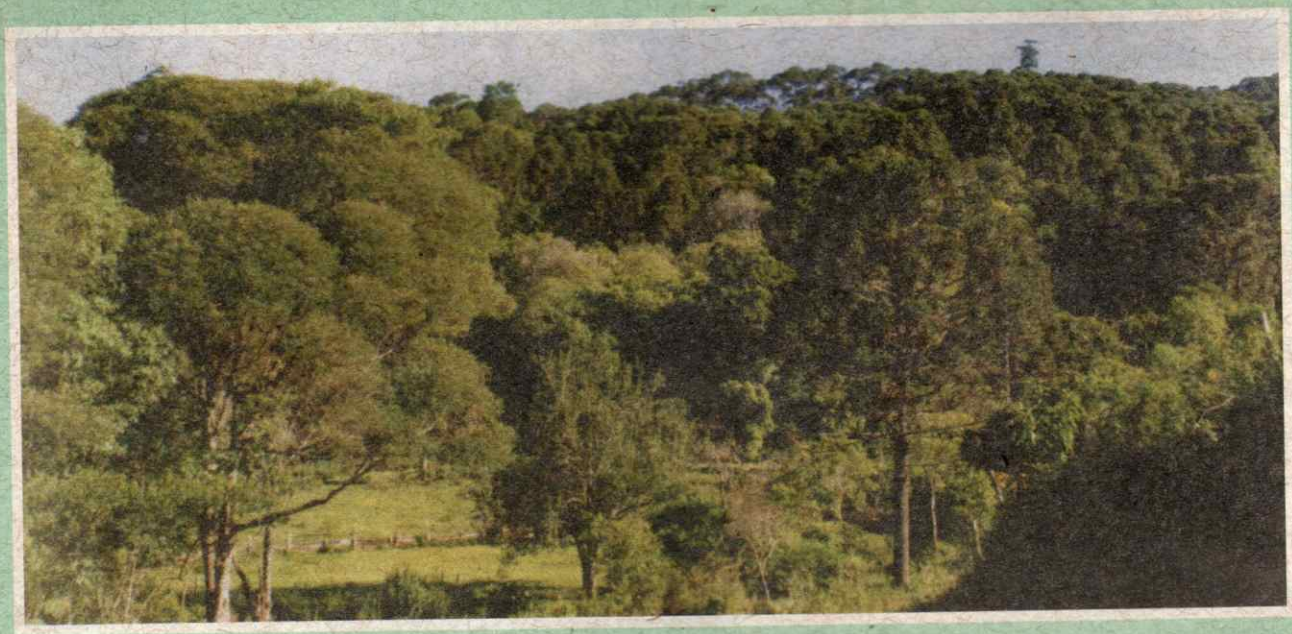
Manejo florestal.

Tanto a especialização produtiva (veri-ficada especialmente em meio àquelas famílias que em algum momento se vincularam aos sistemas de integração com as indústrias processadoras de produtos primários – fumageiras[3], de suínos e de laticínios) quanto o abandono da criação à solta e a substituição das variedades cultivadas crioulas por comerciais resultaram em perda significativa de recursos genéticos animais e vegetais mantidos historicamente pelas famílias de agricultores. Um acentuado desmatamento também se verificou com o processo de desestruturação das comunidades organizadas sob o sistema faxinal e a abertura de novas áreas para a agricultura.

Recentemente, com o objetivo de incrementar a produtividade dos ervais, alguns órgãos oficiais (Emater-PR, Embrapa-Floresta, Secretaria de Estado do Meio Ambien-

3 A região responde com 42% da produção estadual de tabaco, com aproximadamente 12 mil famílias integradas as Companhias.

te, secretarias municipais de agricultura) vêm difundindo uma proposta de intensificação fundamentada no plantio a céu aberto (significando a necessidade de supressão da floresta) e no uso intensivo de fertilizantes solúveis e agrotóxicos. As primeiras experiências de aplicação desse sistema técnico no Centro-Sul do Paraná têm dado mostras inequívocas de sua inadequação às condições locais em razão do aumento exponencial dos custos de produção, tornando economicamente inviáveis os "ervais modernizados", além de ambientalmente degradantes e distantes da relação cultural que os agricultores mantêm com os remanescentes florestais (Petersen e outros, 2000[2]).



Agricultoras e Agricultores Experimentadores fazendo manejo sustentado da Floresta de Araucária.

Além dos danos ambientais e da contaminação dos alimentos, a utilização intensiva de agrotóxicos nos sistemas agrícolas tem provocado graves problemas de saúde nas comunidades rurais, sobretudo naquelas envolvidas com a produção de fumo. Altos índices de mortalidade infantil, de abortos provocados por intoxicação, de deficiência mental e de câncer têm sido registrados nos municí-pios mais diretamente envolvidos na produ-ção fumageira[4] (AS-PTA & Fórum das..., 2000).

Associando o crédito bancário à imposição do pacote tecnológico segundo regras financeiras injustas, as políticas agrícolas oficiais têm provocado um elevado nível de endividamento na agricultura familiar. Devido a sua herança cultural, religiosa e ética, a inadimplência no crédito agrícola é considerada não um indicador de esperteza ou de "jogada" financeira visando à acumulação futura, mas um significativo fracasso, gerando um efeito psicológico devastador sobre a maioria das famílias e afetando pesadamente sua capacidade de trabalho e seu padrão de bem-estar social (Delgado e outros, no prelo).

[4] Principais companhias atuantes na região: Souza Cruz, Dimon, Universal, Meridional e Kanhemberg.

4 – Ações coletivas de resistência

Para fazer frente à crise socioambiental pela qual atravessa a agricultura familiar do Centro-Sul do Paraná, suas organizações vêm há 20 anos promovendo ações voltadas para o desenvolvimento do setor por meio de intensiva dinâmica sócio-política articulada no nível regional. Essas ações, para efeito de simplificação analítica, podem ser enfocadas com base na seguinte periodização:

- Anos 80 – a luta pela democratização de um modelo insustentável;
- Anos 90 – a construção social de um modelo alternativo.

4.1 – Anos 80 – a luta pela democratização de um modelo insustentável

A partir do início dos anos 80, as organizações da agricultura familiar, que haviam sido fortemente debilitadas com a ditadura militar, voltam a se articular por meio de um processo intensivo de interação sócio-política a partir de forte estímulo da Comissão Pastoral da Terra. Essa rearticulação favoreceu a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) nos municípios do Centro-Sul do Paraná, que por sua vez se articularam ao nível regional com o objetivo de atuar politicamente em defesa dos interesses da agricultura familiar e de planejar ações para seu fortalecimento socio-econômico.

Como alternativa às cooperativas agrícolas criadas por estímulo estatal, que excluíam a maioria das famílias de agricultores de seus quadros de sócios, foram criadas associações municipais de agricultores familiares. Por intermédio dessas associações, pretendia-se favorecer o acesso da agricultura familiar ao crédito agrícola visando à aquisição de máquinas e equipamentos e à organização de compras coletivas dos insumos, até então seletivamente difundidas aos médios e grandes agricultores com base nos instrumentos de políticas públicas, e junto aos agricultores familiares, através das companhias fumageiras, com seu pacote técnico obrigatório.

Não obstante o dinamismo social e a mobilização política alcançada nesse período, importam registrar que a estratégia de ação nele adotada se revelou ineficiente mesmo no curto prazo, levando à falência as associações municipais e enfraquecendo a articulação política no nível regional. Ainda que algumas vantagens econômicas tenham sido efetivamente alcançadas com a compra coletiva de insumos, elas estavam longe de colocar em xeque os fundamentos que dão sustentação ao modelo gerador da insustentabilidade que se pretendia ultrapassar. Na realidade, com essa estratégia não se questionou propriamente o modelo; buscou-se apenas uma forma mais adequada dele participar, procurando tirar partido das "vantagens" a ele atribuídas por seus formuladores e difusores.

Imagens do Centro-Sul do Paraná

1

2

3

4

6

5

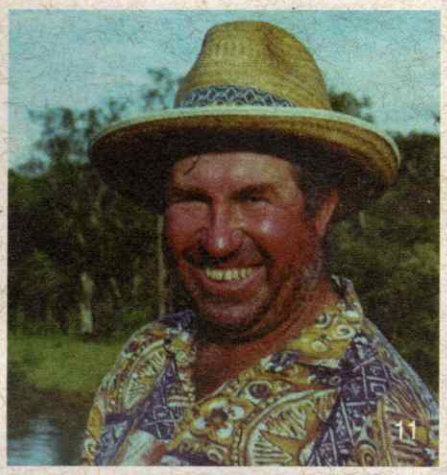
7

8

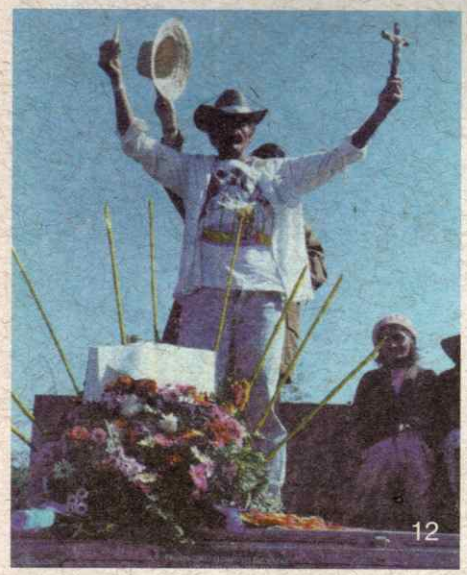
Imagens do Centro-Sul do Paraná

9

10

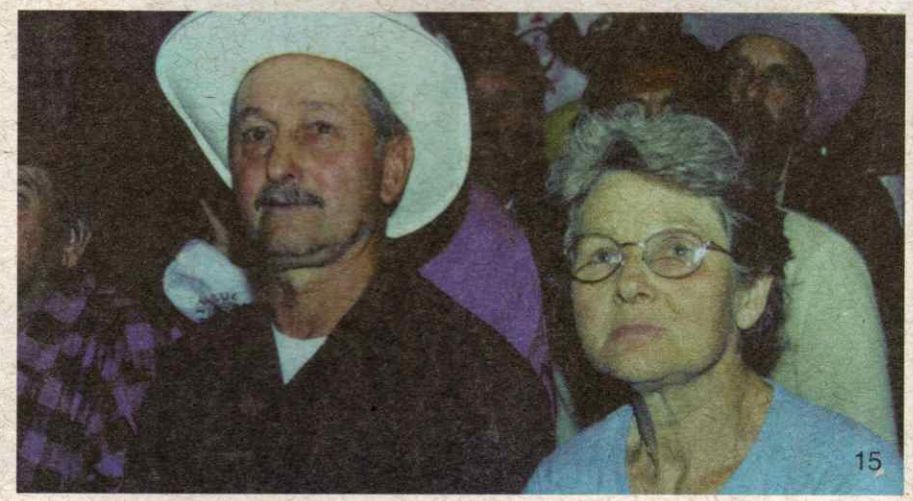

11

13


12

14

16


15

Imagens do Centro-Sul do Paraná

26

27

28

29

30

31

33

32

34

35

Orientada segundo o objetivo de "democratizar" o modelo agroquímico, uma das grandes deficiências da estratégia adotada nesse período, para além de sua inadequação técnica no sentido estrito, diz respeito à dimensão sociocultural do processo de desenvolvimento agrícola. Ao romper com as formas tradicionais de produção de conhecimentos para o manejo agrícola, o processo de desenvolvimento tecnológico da agroquímica passa a se dar de forma dissociada das dinâmicas socioculturais das comunidades, numa clara desvalorização dos saberes locais e dos processos espontâneos de geração de inovações técnicas, eles mesmos inseridos na cultura local em sua acepção mais ampla. Nessa ordem de idéias, a incorporação generalizada dos "pacotes tecnológicos" da agroquímica pela agricultura familiar, tal como proposta estratégica das organizações de agricultores naquele momento, favorecia o fortalecimento da indução ao processo de geração de dependência técnica e cultural.

4.2 – Anos 90 – a construção social de um modelo alternativo

A emergência de uma crítica mais profunda à modernização agrícola em meio às organizações da agricultura familiar no Centro-Sul do Paraná, bem como a tradução dessa crítica em um processo social de experimentação de padrões alternativos de desenvolvimento, deu-se no início dos anos 90 e significou uma mudança radical na estratégia adotada no período anterior. O fator decisivo para essa mudança foi o estabelecimento de relações com organizações da sociedade civil de outras regiões e estados do Brasil que já vinham atuando com a perspectiva de construir alternativas mais sustentáveis para o desenvolvimento da agricultura familiar. A mediação dessas relações bem como a assessoria técnica e metodológica às organizações da região foi realizada pela AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa que, desde 1989, vinha mantendo contatos com lideranças regionais para a implementação de um programa local voltado para a promoção do desenvolvimento agrícola sustentável. As condições institucionais para a inauguração do referido programa consolidaram-se em 1993, quando foi criado um Conselho Regional de Organizações Comunitárias e Sindicais com a atribuição de planejar e gerir as ações futuras. Já em 1995, esse Conselho organizou o Primeiro Congresso dos Pequenos Produtores do Centro-Sul do Paraná, quando foram profundamente debatidos tanto a crise da agricultura familiar na região quanto o conjunto de experiências alternativas em curso em comunidades rurais. Como uma das deliberações do Congresso, definiu-se a criação do Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, que passa a exercer a partir de então a função de articulação e de representação do movimento social no campo, assumindo a perspectiva do desenvolvimento agrícola sustentável como referencial de atuação técnica e política.

5 – Revitalização da dinâmica socio-cultural e política como base do desenvolvimento agroecológico

Com a perspectiva estratégica de revitalizar os processos sociais, de forma a que as organizações da agricultura familiar voltem a assumir papel protagonístico no desenvolvimento rural, a AS-PTA propôs uma abordagem estratégica fundada num amplo processo de experimentação e intercâmbio de inovações técnicas e sociais, tendo os princípios técnico-científicos da agroecologia como referencial para a geração/adaptação dessas inovações. Nessa abordagem, a revalorização dos conhecimentos tradicionais a respeito do manejo agrícola local tem sido o ponto de partida tanto para a identificação de problemas dos agroecossistemas quanto para o desenvolvimento das inovações agroecológicas.

Ao reconhecer e valorizar essa fonte inesgotável de conhecimentos adaptados localmente, não se tem a perspectiva de sistematizá-los para que sejam desenvolvidos fora do contexto sociocultural no qual foram gerados (em centros de pesquisa ou, mesmo, em experimentos clássicos instalados em propriedades de agricultores). Pelo contrário, tem-se privilegiado o estímulo ao processo autônomo de desenvolvimento de conhecimentos a partir da ação dos agricultores-experimentadores. Deriva dessa abordagem metodológica uma determinada concepção de pesquisa participativa, na qual o papel da AS-PTA não é outro senão o de fortalecer e estimular a capacidade investigativa que faz parte da própria (agri)cultura das famílias com as quais se relaciona, proporcionando um ambiente sociocultural favorável ao desenvolvimento e à divulgação de conhecimentos técnicos de manejo agroecológico (AS-PTA & Cirad, 2000).

Nesse processo de estímulo à experimentação autônoma, o aporte de conhecimentos originados no meio científico-acadêmico mostra-se como uma condição fundamental. Guardando grande vínculo com as experiências, numa dinâmica permanente de retroalimentação entre teoria e prática, esses conhecimentos são incorporados por meio de programas de formação agroecológica animados tanto pelos assessores técnicos quanto pelos próprios agricultores-experimentadores. Com essa concepção pedagógica, os novos conteúdos teóricos de natureza acadêmica são assimilados quando os agricultores, a seus modos, conseguem introduzi-los nas coerências que estruturam seus conhecimentos prévios, possibilitando o surgimento de novos referenciais teórico-conceituais para a re-interpretação dos resultados de seus próprios experimentos e para a elaboração de novas hipóteses de experimentação.

Essa abordagem metodológica de pesquisa/extensão rompe frontalmente com a

lógica verticalizada voltada para a "transferência (ou difusão) de tecnologias" adotada convencionalmente em programas de desenvolvimento agrícola. De simples "consumidores" de informações, no modelo convencional, as famílias passam a agentes ativos na geração de conhecimentos. Em vez de difusão de tecnologias, dinamiza-se o processo local de geração/adaptação de tecnologias. Além da generalização de uma proposta técnica inovadora, interessa a generalização do processo sociocultural que a gerou. Ao mesmo tempo em que supera a lógica de assistência técnica (insistência técnica, segundo agricultores da região), essa concepção tece relações de convivência entre técnicos e agricultores, que se concretizam em compromisso político. Com essas mudanças de enfoque, procura-se re-introduzir a questão técnica no universo histórico-cultural das comunidades, de forma a revitalizar a relação de geração mútua entre a cultura dos agricultores e seus conhecimentos de manejo agrícola.

Com objetivos diversificados (Quadro 1), os programas de formação agroecológica são assumidos pelas próprias organizações da agricultura familiar com a assessoria técnica e metodológica da AS-PTA. Assim estruturados, o processo de formação técnica atinge grande capilaridade nos diferentes municípios da região, estendendo a experimentação das inovações técnicas a milhares de famílias. Como resultado desse processo, estima-se que hoje por volta de 5.500 famílias já estejam envolvidas em processos de transição agroecológica de produção alimentar, sendo que um número crescente dessas famílias já consolidou sistemas produtivos integralmente ecológicos.

Quadro 1 – Objetivos gerais do programa de formação técnica de agricultores-experimentadores (A/Es)

- Articular A/Es, promovendo o intercâmbio de conhecimentos entre eles e desses com outros agricultores de fora da região
- Preparar técnica e metodologicamente os A/Es para atuarem na formação de outros agricultores
- Analisar os métodos de experimentação adotados pelos A/Es
- Aprofundar o conhecimento técnico envolvido nos experimentos
- Debater concepções de mundo que permeiam a agricultura familiar da região com vistas a uma formulação filosófica que unifique e dê coerência à ação dos grupos de A/Es
- Debater aspectos pertinentes às políticas públicas para agricultura, relacionando-as com os temas técnicos em experimentação, de forma a favorecer ações políticas com embasamento empírico e teórico mais sólido.

Assim concebidas, as atividades de experimentação/formação técnica dão-se estreitamente articuladas às dinâmicas político-organizativas e socioculturais da agricultura familiar, proporcionando crescente nível de sustentabilidade social e de autonomia ao processo de desenvolvimento agrícola. Algumas características e resulta-

dos desse processo serão apresentados a seguir, segundo as perspectivas técnica, sociocultural e político-organizativa.

5.1 – Perspectiva técnica

O conteúdo técnico priorizado no programa foi definido a partir de acordos estabelecidos entre as organizações locais e a AS-PTA após a realização de um diagnóstico participativo de agroecossistemas no ano de 1994. Com base em uma estratégia geral que se orienta pela busca de maior autonomia técnica das famílias, a partir do desenvolvimento de tecnologias de processo que valorizem os recursos locais, foram definidos três eixos temáticos que referenciam os programas de formação técnico-metodológica estruturados para dar suporte às atividades de experimentação: manejo ecológico dos solos, manejo sustentável da biodiversidade e manejo agroflorestal regenerativo e análogo.

5.1.1 – Manejo ecológico dos solos

As hipóteses gerais que referenciam o processo de experimentação de inovações técnicas para o manejo ecológico dos solos foram formuladas com base nas principais conclusões do diagnóstico de agroecossistemas que apontavam:

1. altas taxas de erosão em virtude do uso generalizado de práticas de manejo pouco conservacionistas;
2. manejo da vegetação invernal e dos restos de cultivo de verão (tigüera) com utilização de queima antes do preparo do solo;
3. elevada acidez dos solos e baixos teores de nutrientes disponíveis;
4. incapacidade financeira da maioria das famílias para a aquisição de adubos e corretivos.

A experimentação de práticas biológico-vegetativas tem merecido especial atenção na estratégia técnica para a conversão ecológica dos sistemas de manejo dos solos. Com base no manejo de plantas nas parce-las agrícolas (adubos verdes ou plantas espontâneas) tem-se procurado explorar os serviços ecológicos proporcionados pela bio-diversidade, notadamente no que se refere à redução das taxas de erosão e à melhoria das propriedades físicas, químicas e bioló-gicas dos solos em benefício da produtivi-dade dos cultivos e da sustentabilidade ecológica do sistema.

A manutenção dos nutrientes no ciclo biológico por meio de processos permanentes de produção e decomposição de volumes expressivos de biomassa nas parcelas agrícolas tem sido o princípio utilizado tanto para a redução das perdas dos elementos nutritivos do sistema quanto para o aumento de sua oferta em formas disponíveis aos cultivos. O manejo das plantas espontâneas nas parcelas agrícolas com vistas ao desenvolvimento de sistemas de plantio direto sem o uso de herbicidas tem sido experimentado, tomando-se como referência o conceito de sucessão biológica (Tardin e outros, 1998; Petersen e outros, 2000[1]). Com o intuito de

promover a aceleração do processo de sucessão nas parcelas agrícolas, têm-se experimentado a combinação do aporte de pequenas doses de calcário e de fosfato de rocha com a introdução de diferentes espécies de adubos verdes de inverno e de verão. Os biofertilizantes líquidos e sólidos produzidos pelos próprios agricultores têm sido utilizados, visando tanto ao aporte de nutrientes quanto à dinamização biológica do sistema solo–planta. Com o intuito de controlar os processos erosivos, além do uso intensivo de plantas de cobertura nos agroecossistemas, tem-se estimulado a prática de barramento físico do escorrimento superficial por meio da introdução de cordões de contorno vegetados nas encostas cultivadas.

A densidade social de experimentação das propostas voltadas para o manejo ecológico dos solos vem crescendo ano a ano em todos os municípios da região à medida que os excelentes resultados técnicos e econômicos vão sendo evidenciados. A partir da safra 2000/2001, um grupo de pesquisadores do Iapar – Instituto Agronômico do Paraná associou-se a esse esforço coletivo de aprimoramento dos métodos de manejo ecológico dos solos, abrindo excelentes possibilidades tanto para a qualificação das propostas técnicas quanto para sua legitimação diante do (por vezes) hermético meio científico-acadêmico.

5.1.2 – Manejo sustentável da biodiversidade

Tanto a crescente especialização produtiva quanto a substituição de variedades locais por comerciais vêm induzindo a perdas significativas de recursos genéticos vegetais e animais mantidos historicamente pelas famílias de agricultores no Centro-Sul do Paraná. Para fazer frente a esse processo e garantir a conservação e o uso sustentável da agrobiodiversidade, a AS-PTA propôs às organizações da agricultura familiar da região um programa específico voltado para a revalorização dos recursos genéticos locais por meio do resgate dos conhecimentos a respeito de seu uso e do manejo desses materiais.

Iniciado em 1993 com os cultivos do milho e do feijão, atualmente o programa envolve inúmeras espécies vegetais e animais que vêm sendo resgatadas, caracterizadas, avaliadas, multiplicadas, melhoradas e livremente intercambiadas por diversos mecanismos de interação social, dentre os quais se destacam as feiras de sementes comunitárias, municipais e regional. Até o presente momento já foram resgatadas 112 variedades locais de milho e 98 de feijão, além de ampla diversidade de variedades de outras espécies vegetais, como a mandioca, o arroz, a batatinha, a cebola, a abóbora, o amendoim, várias hortaliças, frutíferas, condimentares e fitoterápicas e animais, especialmente suínos e bovinos.

No período entre 1993 e 1999 foram realizados 53 ensaios locais de avaliação de variedades de milho e 36 de feijão, que demonstraram para ambas as espécies a superioridade agronômica das variedades locais em face das comerciais quando se trata de sistemas agrícolas familiares mane-

jados segundo os princípios da agroecologia. No mesmo período foram produzidas 331 toneladas de sementes de milho e 41 de feijão, significando uma economia de desembolso financeiro para as famílias de US$ 392,500. Esses resultados revelam o potencial técnico-econômico e sociocultural da produção comunitária de sementes a partir de variedades locais, tornando a agricultura familiar autônoma em relação à base genética de seus cultivos, condição primeira para a busca de autonomia tecnológica mais ampla.

Por meio de relações de parceria envolvendo o Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a AS-PTA, o Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia da Embrapa e a Universidade Estadual de Londrina, estão sendo desenvolvidos trabalhos de caracterização morfológica de 79 variedades de milho e 20 de feijão e de caracterização genotípica de 79 variedades de milho. Com essas pesquisas busca-se qualificar o processo em curso desde o início do programa voltado para o melhoramento participativo das variedades.

Além da eficiência técnica, os resultados desse programa revestem-se de fundamental importância política na atualidade, quando, na contramão dos interesses da sociedade, o governo brasileiro vem tentando liberar o cultivo de plantas transgênicas no país, alegando sua necessidade inadiável com base em argumentos desprovidos de honestidade científica.

5.1.3 – Manejo agroflorestal

A floresta de araucária continua sendo sistematicamente desmatada, sobretudo pelo ativo setor madeireiro, com a ação cúmplice das autoridades para a implantação de cultivos homogêneos de Pinus. Devido à grande importância dos recursos florestais, em especial a erva-mate, para a economia das unidades agrícolas familiares, é no Centro-Sul do Paraná que se encontram os maiores remanescentes dessa formação vegetal.

Com base nos princípios da sucessão vegetal que fundamenta o Manejo Agroflorestal Regenerativo e Análogo, a AS-PTA incentivou um processo de experimentação envolvendo 15 famílias dos municípios de Bituruna e São Mateus do Sul, importantes centros produtores de erva-mate na região. O processo de interação dessas famílias foi viabilizado com base na realização de mutirões-escola para implantação, manejo e monitoramento dos sistemas agroflorestais. Nesse espaço de intercâmbio proporcionaram-se momentos de reflexão que privilegiaram a expressão dos conhecimentos dos próprios agricultores-experimentadores, aos quais se acrescentava o estudo dos princípios orientadores do manejo regenerativo e análogo.

Paralelamente ao avanço dos conhecimentos sobre o sistema agroflorestal da erva-mate, verificou-se grande e rápida irradiação dos conhecimentos sobre práticas de aproveitamento dos recursos fitoterápicos nativos da floresta de araucária. Esse trabalho repercutiu regionalmente por intermédio do Programa Regional de Atendimento à

Saúde Público, organizado pelo Fórum das Organizações da agricultura familiar da região, que já capacitou 150 agentes populares de saúde os quais vêm mantendo em média 10.000 consultas mensais tanto no meio rural quanto no meio urbano da região. Esse trabalho de fitoterapia vem abrindo novas perspectivas econômicas integradas aos sistemas agroflorestais e vem motivando um crescente número de famílias à busca de conhecimentos para a adoção dessa proposta de manejo.

Após quatro anos desse processo de experimentação/formação, as 15 famílias diretamente envolvidas adotaram a proposta de manejo agroflorestal na totalidade de seus ervais, além de terem se qualificado como excelentes difusoras e formadoras de outras famílias. Os resultados alcançados demonstram a grande viabilidade econômica, apropriação cultural e eficiência técnica do manejo regenerativo da floresta de araucária, partindo de diferentes estádios da sucessão vegetal. Dentre esses resultados destacam-se: satisfatório desenvolvimento vegetativo da erva-mate, independentemente de quaisquer aportes de insumos externos, sejam químicos ou orgânicos; menor incidência de insetos/praga e patógenos nos ervais; melhor aceitação da erva agroflorestal no mercado; menor demanda de mão-de-obra familiar; favorecimento da exploração sustentável de múltiplos produtos da floresta que podem ser consumidos domesticamente ou comercializados (plantas medicinais nativas, madeira, lenha, alimentos para a família e para animais domésticos, estacas para cercas).

5.2 – Perspectiva sociocultural

Segundo a concepção do programa regional de desenvolvimento agroecológico no Centro-Sul do Paraná, o ideal de um desenvolvimento agrícola sustentável pautado pelo clássico tripé "socialmente justo", "economicamente viável" e "ecologicamente sustentável" deve-se fundamentar por uma quarta dimensão da sustentabilidade: a sociocultural. Entende-se a susten-tabilidade sociocultural como a permanência da capacidade auto-organizativa e pró-ativa das famílias e de suas organizações repre-sentativas locais em dinamizar ações orientadas para a promoção do desenvolvimento mediado por seus valores culturais e filosóficos. Com base nessa concepção, as outras três dimensões do desenvolvimento sustentável só têm reais condições de sus-tentação caso sejam socioculturalmente impulsionadas e mantidas, dado que são, em última instância, reflexos e resultados da ação humana sobre o meio.

É com base nesse princípio geral que se tem procurado restabelecer a relação de co-evolução entre os sistemas técnicos e os sistemas culturais, sociais, políticos, organizativos e econômicos nos quais vivem as famílias de agricultores. Por esse motivo, o processo de experimentação/formação participativa esteve estreitamente vinculado às diversas formas de manifestação sociocultural da agricultura familiar da região, de forma a revitalizá-las para que sejam as mediadoras principais do desenvolvimento agrícola.

A revalorização de práticas e valores socioculturais deu-se por meio tanto das manifestações religiosas e culturais durante os eventos de formação agroecológica quanto dos inúmeros eventos de cunho predominantemente religioso e cultural, nos quais, pelo contrário, as práticas agroecológicas e os processos de interação entre as famílias de agricultores-experimentadores eram interpretadas à luz do ideal coletivo de "produzir o alimento sagrado e viver em comunhão".

Dentre os eventos mais significativos no curso dos últimos nove anos destaca-se a Romaria da Terra, que mobilizou por volta de 25 mil romeiros agricultores e agricultoras de todo o Paraná no município de Rebouças no ano de 1999, celebrando e comungando o ideal da agroecologia nas práticas da agricultura familiar. Outro momento de reflexão e aprofundamento desse ideal coletivo foi o Jubileu da Agricultura Familiar, promovido pela Diocese de União da Vitória juntamente com o Fórum regional das organizações dos agricultores e a AS-PTA. Para esse evento foram preparadas duas cartilhas que serviram como subsídio ao debate em meio as famílias de agricultores da região. A primeira, destinada às lideranças (catequistas, ministros de eucaristia, coordenadores de grupos de reflexão, diretores de capelas, professores, padres, sindicalistas, etc) apresentou um conteúdo mais aprofundado, baseado nas experiências desenvolvidas na região nos anos anteriores, e uma crítica ao modelo da agricultura convencional. A segunda foi destinada ao debate entre famílias no nível das comunidades e se pautou pelo resumo d conteúdo da cartilha para lideranças. Ess material foi organizado para subsidiar o d bate de cinco encontros, o último envolven o conjunto dos grupos de famílias das com nidades, quando se planejava a realizaçã das feiras municipais de sementes, pa onde convergiam todas as comunidades, e encontro de celebração e intercâmbio. A feiras municipais de sementes (1999 – 200 foram realizadas em 12 municípios, num t tal de 20 feiras, mobilizando em média 200 pessoas. Realizou-se também as feira regionais (2000 – 2001), em São João d Triunfo e São Mateus do Sul, das quais pa ticiparam 8.000 agricultores e agricultora Essas feiras revelaram a riqueza do pat mônio genético conservado pela agricultu familiar na região, revitalizando uma práti tradicional de intercâmbio de recurso genéticos e conhecimentos. Participara ativamente do Jubileu aproximadamen 3000 lideranças e 18.000 famílias.

5.3 – Perspectiva político-organizativ

Revitalizado o processo de interaçã político-organizativa no nível regional, fora realizados congressos regionais a partir do quais se tiraram as deliberações que vê orientando a ação das organizações d agricultura familiar. No primeiro congress realizado no ano de 1995, foi criado o Fóru das Organizações dos Trabalhadores Trabalhadoras do Centro-Sul do Paraná, qu desde então vem sendo a instância d coordenação, planejamento e monitora mento do conjunto das ações voltadas pa

a promoção do desenvolvimento sustentável. Essas ações se referem tanto à promoção de atividades no campo da formação/ experimentação agroecológica quanto ao campo da influência política sobre os planos do executivo e legislativo nos níveis municipal, estadual e federal. Assim, faz parte das atribuições do Fórum a organização dos planos regionais de formação técnica, política e pedagógica, no sentido de motivar e qualificar a ação das famílias e suas organizações em defesa de políticas públicas que venham fortalecer a agricultura familiar em bases agroecológicas.

As articulações e deliberações dos congressos são debatidas pelas organizações formais e informais no nível dos municípios, estimulando-se a descentralização da ação política, guardando-se o princípio da autonomia decisória e respeitando-se a diferenciação existente entre as próprias organizações no que diz respeito aos ritmos de evolução e amadurecimento político-organizativo. É a partir dessas dinâmicas municipais que se encaminham efetivamente junto às comunidades e famílias as diretrizes políticas definidas nos congressos.

A partir do IIº Congresso da Agricultura Familiar (1.998), impulsionou-se a organização da juventude rural, com a definição de uma coordenação regional, que passou a articular os jovens e realizar eventos municipais e regionais, destacando-se a realização do Iº Encontro Regional da Juventude Rural (1.999), as Romarias da Juventude Rural (1999 e 2000), e o Iº Congresso da Juventude Rural, enfocando variados temas relacionados com sua realidade e sua organização específica, além de priorizarem os temas sobre a educação no meio rural, a promoção da agroecologia e a campanha "Brasil Ecológico – livre de transgênicos e sem agrotóxicos", alcançando notável mobilização social e pressão política local. No transcurso de suas ações, definiram por institucionalizarem sua organização na forma da PJR – Pastoral da Juventude Rural.

Fazem parte da ação política das organizações tanto os temas diretamente relacionados com o conteúdo dos programas de formação agroecológica quanto os temas gerais relacionados ao desenvolvimento rural, tais como a educação, a saúde, a previdência social, o crédito rural, o lazer, as infra-estruturas rurais, etc. Entre os primeiros, pode-se citar a formulação de pautas de negociação com empresas oficiais dedica-das à pesquisa agrícola e à extensão rural, a mobilização e manifestação pública contra iniciativas governamentais que contrariam os interesses da agricultura familiar, tais como a lei de cultivares e de patentes, os programas de reflorestamento homogêneo, a intenção de liberação de transgênicos (com a criação de leis municipais que proíbem o plantio e a comercialização desses organismos), e o acesso ao crédito adaptado às condições e às necessidades da agricultura familiar convertida ou em conversão para a agroecologia.

Congresso de fundação do Fórum - 1995.

I Congresso da Juventude Rural do Centro-Sul do Paraná - 2000.

6. Conclusões

A experiência em curso no Centro-Sul do Paraná revela o impacto positivo do emprego do enfoque agroecológico para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, sobretudo por estar combinado com o estímulo a dinâmicas socioculturais fundadas em processos de experimentação e intercâmbio de inovações técnicas e político-organizativas. No curto período de nove anos, ocorreu uma sensível intensificação dos processos de interação social em torno às práticas de experimentação agroecológica, proporcionando níveis crescentes de autonomia técnica e coesão sócio-política em meio às famílias e comunidades envolvidas e revertendo o quadro de erosão cultural e desagregação das formas tradicionais de sociabilidade presentes no meio rural da região promovido pela rápida penetração de valores associados à "modernização da agricultura".

A agroecologia, como paradigma científico, tem fornecido conceitos e métodos apropriados tanto para a valorização e a sistematização dos conhecimentos tradicionais de manejo agrícola, como para a associação desses conhecimentos com os de origem acadêmica, estimulando a emergência de um ambiente sociocultural fecundo no que se refere ao processo de geração e apropriação social de inovações técnicas e sociais. Por basear-se na otimização dos recursos locais, a agroecologia favorece tanto a atividade criativa individual como as dinâmicas coletivas de produção e de intercâmbio de conhecimentos a partir dos processos locais de experimentação de práticas inovadoras de manejo agrícola.

A intensificação das relações com instituições oficiais dedicadas à pesquisa agrícola tem sido um dos grandes desafios colocados no presente momento para o Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná. Embora para o Fórum seja crescente a valorização do aporte dos conhecimentos e métodos de pesquisa acadêmica aos processos sociais de experimentação técnica, o encontro entre o "mundo dos agricultores-experimentadores" e o "mundo dos pesquisadores" nem sempre tem se dado com facilidade. Isso porque, nesse encontro, os pesquisadores, com seu método racional, linear e analítico de produção de conhecimentos, tendem a negligenciar as formas de produção de conhecimento intuitivas, não-lineares e integradoras dos agricultores, caracterizando um quadro de difícil diálogo marcado por toda a sorte de obstáculos de natureza institucional, metodológica e, principalmente, epistemológica.

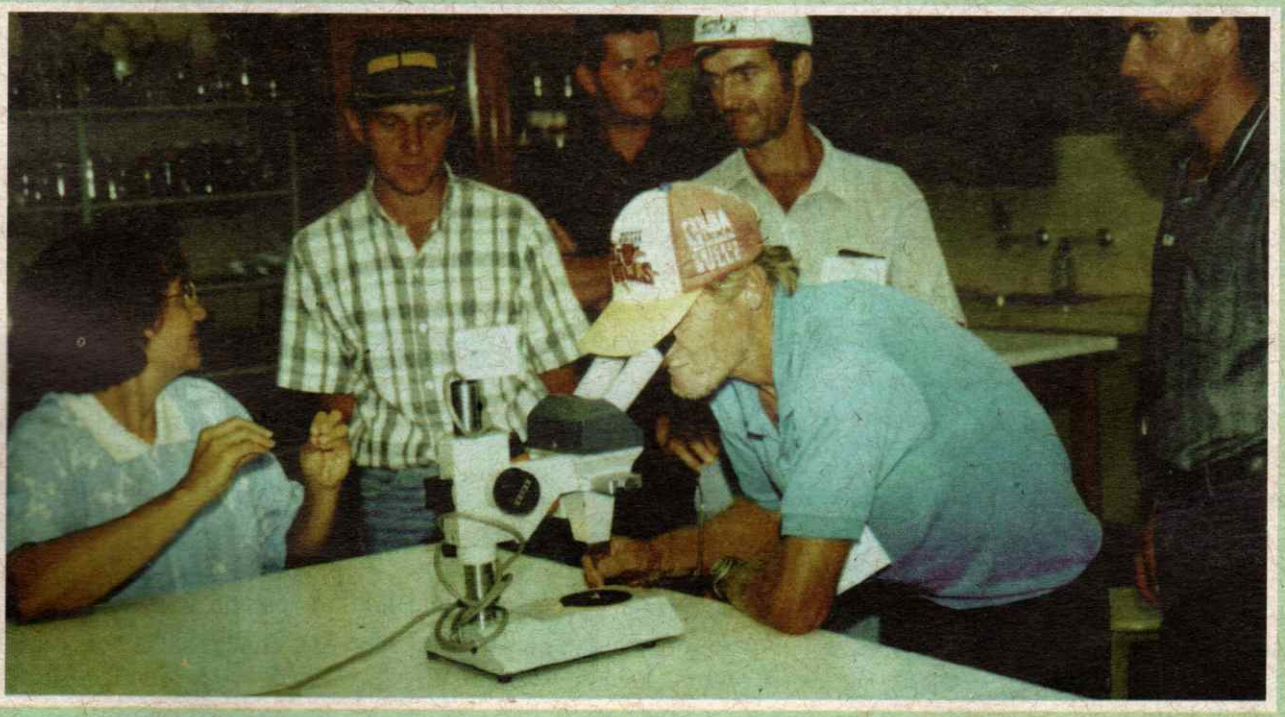
O discurso da abordagem participativa em meio às instituições de pesquisa agrícola, quando ocorre, ainda permanece fortemente influenciado por uma perspectiva positivista de produção de conhecimentos, na qual continuam negadas as formas tradicionais de

geração e intercâmbio social sobre o manejo agrícola. O caráter participativo, nesse caso, se resume à tentativa de dotar os agricultores de habilidades para o emprego do método experimental analítico, ainda considerado, no mundo acadêmico, como o único socialmente legítimo e válido para a produção de conhecimentos. Concebida assim, a "pesquisa participativa" pode ser compreendida simplesmente como um convite dos pesquisadores aos agricultores para que os últimos participem do mundo dos primeiros.

A evolução da dinâmica social em torno aos processos de gestão do conhecimento agroecológico (experimentação/formação/comunicação) descrita nesse artigo, demonstra a possibilidade de haver uma interação mais frutífera entre os dois universos culturais. O processo no Centro-Sul do Paraná coloca em prática diferentes combinações do método racional/analítico (caracterizado pelos pressupostos de objetividade científica e pelo isolamento de variáveis) com o método intuitivo/integrador (caracterizado por um estado ampliado de percepção consciente por parte dos agricultores a respeito dos agroecossistemas), em uma perspectiva de complementaridade e de sinergismo entre as duas formas de desenvolver conhecimentos sobre o manejo agrícola.

Diferentemente dos períodos históricos da evolução dos sistemas técnicos tradicionais, hoje temos a oportunidade de estimular um ambiente culturalmente rico e inovador a partir do importante aporte da ciência da agroecologia aos processos sociais de construção e intercâmbio de conhecimentos agrícolas.

Prof. Josué Maldonado Ferreira - UEL - demonstra o itinerário técnico de implantação de ensaio de progênie de meio-irmão de milho crioulo, para experimentadores em manejo sustentado da agrobiodiversidade.



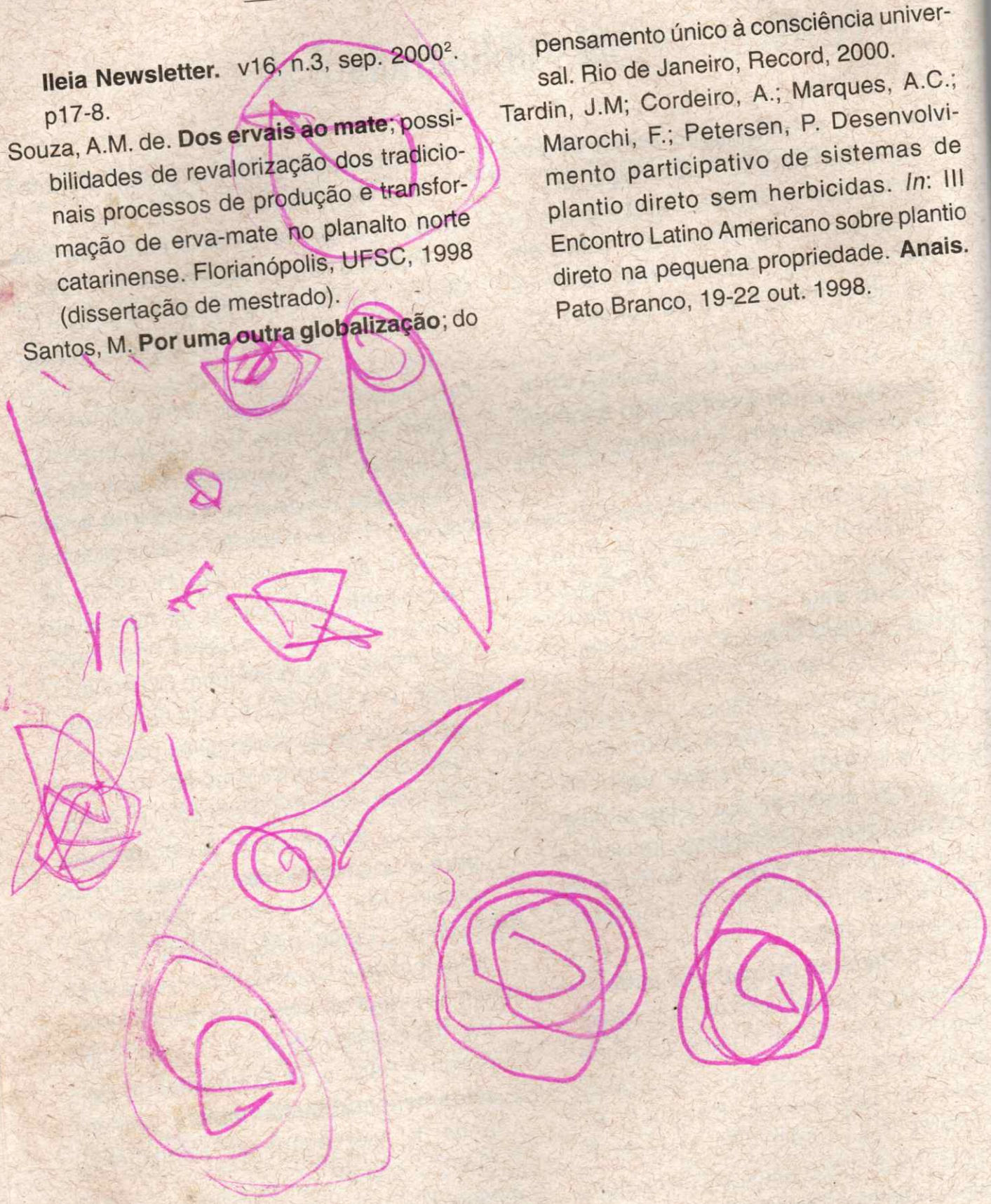
Prof ª Rosângela M. P. Moreira e agricultores em aula no laboratório da UEL.

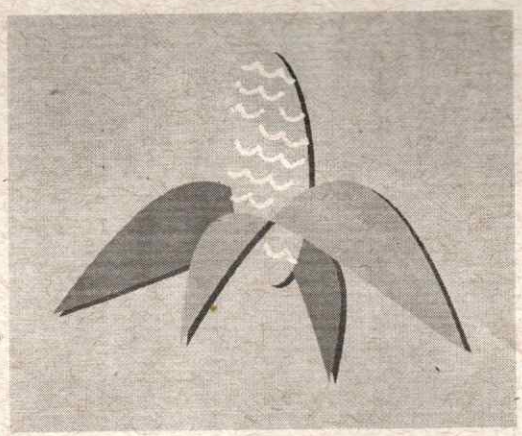
Ileia Newsletter. v16, n.3, sep. 2000[2]. p17-8.

Souza, A.M. de. **Dos ervais ao mate**; possibilidades de revalorização dos tradicionais processos de produção e transformação de erva-mate no planalto norte catarinense. Florianópolis, UFSC, 1998 (dissertação de mestrado).

Santos, M. **Por uma outra globalização**; do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2000.

Tardin, J.M; Cordeiro, A.; Marques, A.C.; Marochi, F.; Petersen, P. Desenvolvimento participativo de sistemas de plantio direto sem herbicidas. *In*: III Encontro Latino Americano sobre plantio direto na pequena propriedade. **Anais.** Pato Branco, 19-22 out. 1998.





Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Região Centro-Sul do Paraná.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus do Sul
Rua Luiz Damásio dos Santos Lima, 950
83900-000 São Mateus do Sul PR
Fone: (42) 532-2685
E-mail: strsms@connectsul.com.br

AS-PTA RJ
Rua da Candelária, 09 6º andar
20091-020 Rio de Janeiro RJ
Fone: (21) 2253-8317
e-mail: aspta@alternex.com.br

AS-PTA PB
Centro Ecológico São Miguel
Caixa Postal 33
58135-000 Esperança PB
Fone: (83) 361-9040
e-mail: asptapb@uol.com.br

AS-PTA PR
Rua Barão do Cerro Azul, 353
84600-000 União da Vitória PR
Fone/Fax: (42) 523-4074
e-mail: aspta@net-uniao.com.br